

Centro de Estudos Baianos

JOSAPHAT MARINHO

UNIVERSIDADE, CULTURA E
POLÍTICA

PUBLICAÇÃO DA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA

119

JOSAPHAT MARINHO

UNIVERSIDADE, CULTURA E POLÍTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CENTRO DE ESTUDOS BAIANOS

1985

Toda correspondência deve ser enviada à Direção do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia antigo prédio da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus - Térreo - Distrito da Sé - Salvador - Bahia - 40.000

Professor Germano Tabacof
Reitor da Universidade Federal da Bahia

Professora Eliane Elisa de Souza e Azevedo
Vice-Reitora da UFBA.

Professor Fernando da Rocha Peres
Diretor do Centro de Estudos Baianos da UFBA

1985 10 anos
do Centro de
Estudos Baianos

Marinho, Josaphat

Universidade, cultura e política / Josaphat Marinho. — Salvador : Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1985.

16p. : 22 cm. — (Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Baianos, Publicação ; 119)

1. Universidades e escolas superiores — Brasil. 2. Política e educação. I. Título. II. Série.

CDU - 378.4(81)

(Centro de Estudos Baianos da UFBA)

UNIVERSIDADE, CULTURA E POLÍTICA

JOSAPHAT MARINHO

Sumário: Inquietação presente — Universidade, renovação e integração — Universidade e cultura — Universidade e política.

INQUIETAÇÃO PRESENTE

Na transição de um século, perturbado por duas grandes guerras e impulsionado por notável desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com repercussão sobre a vida geral das pessoas, para outra centuária, que há de receber esse legado e criar sua própria cultura, é natural o abalo sofrido por todas as instituições. O conceito, o funcionamento e o destino das organizações, a forma de entrelaçá-las sem lhes anular a individualidade e de torná-las fortes e produtivas, respeitadas as franquias do homem — tudo é questionado. Subjacente à controvérsia, ou lhe transmitindo o fluxo da continuidade,

Aula inaugural dos cursos da Universidade Federal da Bahia, proferida em 27 de março de 1985.

estã o esp̄rito de renovação, aliado ao de liberdade e de justiça social. Desdobra-se um pensamento dialético, que divide indivíduos, grupos e governantes sobre esse objetivo de nova configuração da vida e de seus valores.

Marcadamente crítico e em parte assinalável inspirado por idēias ou ideologias contrapostas, tal pensamento dialético, não raro, extrema juízos e propostas a respeito das instituições humanas. Exacerba sobretudo o critério de apreciação das entidades políticas, a principiar pelo Estado, e das que têm responsabilidade mais direta na formação e orientação da consciência individual e coletiva. O estilo de luta e de reivindicação pode não ser sempre claro e adequado, em verdade não o é, porém não há ânimo negativista, ou de destruição. O propósito é inovador, criador de outras formas de convívio, de modos diferentes de compreender regalias e deveres, mando e obediência, ordem e disciplina.

A penetrante inteligência de Anísio Teixeira percebeu esse fenômeno de transformação e procurou segui-lo com lucidez. Paraninfo dos professorandos de 1967 da Faculdade de Filosofia e Letras desta Universidade, falou-lhes, magistralmente, sobre "A Longa Revolução do Nosso Tempo". Assim a retratou: "Jamais tempo algum foi tão marcado de contrastes, de negações e aceitações, de conformismos e inconformismos, de esperanças e decepções, mas, a despeito de tudo, também de um incoercível otimismo, que sobrevive a tragédias e catástrofes, numa recuperação incessante e surpreendente, como se, no fundo, a consciência de que o homem se fez, afinal, senhor do seu destino seja a grande marca de nossa época". Fiel a esse destino do homem, confessou, com humil

dade que sō o saber e o talento propiciam: "Durante esse imenso tempo em que tenho vivido, tenho estado mais a aumentar minhas dūvidas do que a guardar minhas possíveis certezas". Se assim pensava o arguto observador em 1967, maior é a perplexidade nos dias presentes, depois que novos acontecimentos assinalaram a vida do homem, como seus movimentos no espaço sideral, fora das naves, e a conquista pacífica do poder pelos socialistas, na Espanha e na França.

UNIVERSIDADE, RENOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO

Nesse ciclo de mudanças atordoantes, a Universidade não haveria de ser apenas guardiã do passado, hostil às transformações. Se é sempre território de estudo e pesquisa, que transmite de uma a outra geração o acervo da cultura adquirida, também se afirma pela renovação constante de seus processos de educar e formar personalidades, para a vida do esp̄rito, para o exercício da cidadania, para a atividade produtiva. Destinada a fazer o homem para esse complexo de funções ũteis, a Universidade hã de absorver e aperfeiçoar, continuamente, as inovações representativas da evolução social e da ciência e da tecnologia, o que pressupõe capacidade de superar dogmas, preconceitos e práticas rotineiras. Alargando sua visão do presente, sem subestimar ou esquecer os subsídios válidos do passado, irmana os dados que conferem à cultura a feição de produto histórico superior a frações de pensamento. Dentro dessa dimensão de vista, confronta idēias, técnicas, procedimentos, fatos e aspirações, no sentido de coordenar soluções, evitando que a violência se

superponha ao debate, a imposição ao consentimento obtido pela livre indagação. Seguindo as mudanças sem menosprezar a noção e a importância do permanente, a Universidade conserva as linhas essenciais de seu perfil e se mantém atualizada. Nesse esforço, transforma-se, na linguagem de Fernando de Azevedo, "no grande refúgio do espírito crítico e objetivo, do universal e do humano, numa instituição verdadeiramente "civilizadora".

Tal esforço, porém, não terá essa função transformadora se a ação da Universidade for isolada, e não integrada no corpo social. Os problemas que na sociedade se comunicam, cada vez mais, a seus diferentes segmentos, exigem coordenação de medidas, de recursos humanos e materiais, num trabalho racional e criativo. Instituição de iniciativas substancialmente culturais, a Universidade pode juntar, sem graves ônus, a aptidão científica e técnica de seus docentes e alunos à capacidade dos órgãos públicos e privados que se empenhem na solução de questões vinculadas à educação, à saúde, à racionalização do trabalho, à aprendizagem e ao desenvolvimento da pesquisa em múltiplos setores. Se essa cooperação já se processa nos maiores centros do país ou com o aproveitamento das entidades universitárias mais qualificadas, é imperioso que se generalize e de forma constante e sistematizada.

Planificada a ação conjunta, com a confiança dos governos e das empresas, e libertos os órgãos universitários da burocracia centralizadora, o entrelaçamento estabelecido é de manifesta conveniência. Além de facilitar as soluções procuradas e de proporcionar meios financeiros aos institutos de ensino superior para atividades específicas, a comu-

não no trabalho externo assegura maior aperfeiçoamento de aptidões na prática e gera oportunidades ao aproveitamento de profissionais qualificados. Cumpre observar também que a atividade fora do *campus* e dos laboratórios internos reveste a experiência universitária de responsabilidade mais ampla, útil à formação profissional. Em qualquer domínio, quando o trabalho não se desdobra no estilo da rotina, desperta sempre mais zelo e interesse e aguça a perfeição técnica.

UNIVERSIDADE E CULTURA

Mas a cooperação bem estruturada é sobretudo fator de expansão da cultura e de equilíbrio social. Se o encontro de métodos e de idéias pode criar conflitos, também o diálogo os reduz. A interação contínua e de espontaneidade crescente varre desconfianças, anula posições radicais, permite a descoberta da verdade ou a fixação da certeza, na medida em que respeita a liberdade individual de opinar e de operar, nos limites do trabalho racionalmente organizado.

Entendida a conjugação de esforços, do ângulo da entidade universitária, como forma de promover o desenvolvimento científico e técnico e de prestação de serviço à comunidade, o vínculo não deve implicar subordinação ao poder político ou ao poder econômico. O risco de influência preponderante de um ou outro poder não justifica isolamento da Universidade, que será prejudicial a sua influência na sociedade; sugere alteração dos mecanismos adotados. O exercício do "espírito cooperativo" é básico ao pro-

cesso cultural. "O estado de cultura — di-lo bem John Dewey — é o estado de interação de muitos fatores, os principais dos quais são a lei e a política, a indústria e o comércio, a ciência e a tecnologia, as artes de expressão e comunicação, e de moral, ou dos valores que os homens prezam e dos modos como os estimam". Definido nestes termos de interação o "estado de cultura", isolar seus diversos fatores é perturbador da inteligência, por separar o pensamento e a ação. Hodiernamente, com o domínio do homem sobre tantas forças, é impróprio o afastamento entre componentes que devem integrar-se para resultados comuns. A integração fortalece o espírito realizador e de criação, ao passo que a separação o amortece.

Distanciadas as forças geradoras de transformação e progresso, prevalece, naturalmente, a tendência à rotina. Reunidas e coordenadas, rompem a resistência conservadora. Na pesquisa promovida pela Unesco sobre "o desenvolvimento pela ciência" e convertida em livro em 1969, diz-se no pòrtico da obra que o suporte fundamental da civilização contemporânea está no "saber para agir" — *savoir pour agir*. E o longo informe elucida que "a conjunção da ciência e da tecnologia" reduziu a distinção entre *pesquisa fundamental*, *pesquisa aplicada* e *desenvolvimento experimental*, porque "todos os grandes programas integram hoje as três fases da evolução". Investigações imparciais e autorizadas, portanto, atesta que o fenômeno da integração é essencial à cultura hodierna. Não poderia ser de outro modo, aliás, diante da complexidade e da multiplicação dos problemas, cujo domínio exige conhecimento variado, e não a soberania de uma especialização,

No plano do Estado, principalmente, dada a diversidade dos problemas objeto da política e da administração, o regime de cooperação há de ser permanente e desdobrado à base de planejamento, para que seja alcançada a totalidade ou grande parte das questões, em segurança do desenvolvimento integrado. Por isso mesmo, aquela pesquisa da Unesco proclama a necessidade de diálogo entre os órgãos de planificação econômica e os de planificação científica, para conquista dos "objetivos globais", a que aspira toda nação, "considerados os fatores quantitativos e qualitativos do processo de crescimento". Tal diálogo pressupõe e pede não só a decisão tecnicamente mais certa, porém, por igual, a de melhor conteúdo humano. Daí, também, a conveniência de que cada setor de planificação, tanto o econômico quanto o científico, confronte impressões e tendências, na esfera de sua competência específica. Em campo de tamanha divergência de idéias e propósitos, o interesse social e do Estado não deve ser prejudicado por preferências doutrinárias. Se uma linha de pensamento há de disciplinar e orientar qualquer programa sério, nenhuma rigidez de sistema deve prevalecer no trato de questões delicadas, em que os "fatores quantitativos e qualitativos" experimentam a influência constante de circunstâncias variadas, e quase sempre inevitáveis.

A Universidade, cujo atributo maior é a tolerância, há de defender esse tipo de trabalho, que socializa o conhecimento na apuração da verdade objetiva. A proporção que o fizer, criando oportunidades de labor diferenciado a seus mestres e alunos, estará desempenhando a tarefa pedagógica de ensinar a divisão social do trabalho científico e de pesqui

sa, num país em que ainda tanto lavram os resíduos do individualismo. Nessa operação educativa, a Universidade conseguirá também, sem discriminações, im^{pe}soalizar a ação de seus órgãos, reforçando-lhes a imagem de instrumentos de atuação coletiva, sem prejuízo do relevo devido aos verdadeiros condutores.

Essa orientação, que amplia a participação do aluno no processo do ensino, deve concorrer, ainda, para atenuar o espírito de contestação reinante, e que se estende a professores e funcionários, se outras medidas puderem ser adotadas pelos dirigentes universitários, com a ajuda administrativa e financeira do governo. O serviço da cultura exige medidas de grandeza, sobretudo quando se precisa restabelecer a cordialidade, enaltecadora da convivência universitária. Meditando sobre "o estudo", num "curso" em torno das "filosofias do direito da Universidade", Michel Villey ponderou que "a Universidade não pode ser o sonho arbitrário de um cérebro, uma criação imaginária, a produção fantástica de uma noite de delírio; é antes alguma coisa que existe, e a que devemos transmitir vitalidade, um tecido de regras, de funções, de métodos de trabalho; sobretudo um compêxido de valores vindos do passado, e que cultivamos em conjunto". Nessa lúcida observação está a idéia de criação coletiva, que uma geração vai legando a outra, com os influxos de cada época. Para manter a Instituição com seus valores, é indispensável conciliar a autoridade e a liberdade, o direito de pedir com a responsabilidade de decidir, o que pressupõe limitações recíprocas. Mas limitações a dirigentes e dirigidos, definidas em regime de livre e educado diálogo, são próprias da ordem democrática e enformam a cultura humana.

UNIVERSIDADE E POLÍTICA

Precisamente porque a vida civilizada é constituída de direitos e deveres, de prerrogativas e restrições, cumpre que a Universidade não ignore as contradições da política, nem se julgue imune às suas consequências. Sendo por excelência instituição de cultura, há de conhecer, analisar e confrontar os processos da política, inclusive para avaliar em que medida repercute no sistema de ensino. Pouco importa advertir que a política é vedada nas Escolas, se nestas penetra e influi nas suas decisões e no seu destino. Se o exercício da política é direito e dever de todo cidadão, e de caráter inalienável, a clarividência dos dirigentes consiste em saber orientar a ação correspondente, segundo a natureza da entidade. Sem dúvida essa tarefa não é fácil, pela tendência comum de exacerbação de direitos, ou de reivindicações. Mas, a instituições como a Universidade cabe timbrar no esclarecimento destinado a situar franquias no seu espaço próprio e nos limites legítimos. Não há direitos ilimitados, como não há poderes indeterminados. A reflexão de Dewey é perfeita: "A liberdade é indispensável para gerar a cooperação, mas esta requer a escolha de objetivos; os objetivos requerem seu plano de execução e este plano, estudos, conhecimentos, e a arte e a prática de realizá-lo". É sempre o diálogo, portanto, que deve conduzir as soluções, e a correção com que for desdobrado assegura a obtenção do consenso ou a legitimidade da decisão autônoma. Não há que temer a discussão nem a firmeza de pensamento, se se admite o confronto com a idéia de resultado proveitoso para ambas as partes. O perigo não reside

na comparação de atitudes e postulações, mas na pré via irredutibilidade de crenças e propósitos. Então, inexistente espírito de transigência, e a pior tira nia, como está escrito com insuspeição no recente Projeto Socialista francês, é a do "pensamento que se julga soberano pela coerção". Como esse pensamen to, que pode empolgar a autoridade, o indivíduo ou qualquer grupo, não é construtivo, seria injusto ad mitir sua proliferação no meio universitário, sobre tudo no instante em que a Nação retoma o processo democrático de vida.

Em verdade, a instalação dos cursos, neste ano, coincide com o início de um governo comprometido com a reconstrução das instituições políticas e de suas práticas regulares. O compromisso, aliás, não é apenas do governante eleito, porém do conjunto de forças que o escolheu e em função também da ati tude coletiva dos cidadãos, que apoiaram o movimen to reivindicando mudanças. É uma convenção multila teral, superior, portanto, às vontades individuais, que a solenizaram nas praças públicas. E não se trata de rever o sistema em desequilíbrio, mas de substituí-lo por mecanismos novos e regras compati veis com as aspirações de liberdade e justiça de to do o povo. Por isso se anuncia o preparo de Consti tuição consentânea com o sentimento geral, a ser elaborada por Assembléia Constituinte emanada da vontade popular, e precedida de discussão pública, que permita à sociedade, no pluralismo de sua estru tura, fornecer sugestões para o exame do legisla dor.

Para a convocação e a formação dessa Assem bléia inovadora, como no que concerne a seu traba lho criador, a Universidade deve a contribuição

inestimável da inteligência de seus componentes. A cooperação devida não é restrita aos juristas, aos filósofos, aos sociólogos, ou aos economistas. Se esses e outros estudiosos têm preocupação mais cons tante com os problemas institucionais, as soluções gerais e básicas interessam a todos os quadrantes do pensamento e da atividade profissional, inclusi ve aos moços ainda em formação. Assim ocorre, prin cipalmente, porque as constituições modernas vêm ro bustecendo seu conteúdo com a disciplina crescente de fatos e relações que se prendem à existência do homem nos mais diversos aspectos. Multiplicam-se nor mas a respeito da instituição da família e da condi ção dos filhos, da ordem econômica, do regime de planos, da proteção do meio ambiente, do controle da informática, das formas de preservação da saúde, de garantia do direito à educação. Enfim, regulam-se questões sobre que podem ou devem opinar todos os cidadãos, e de modo especial os detentores de conhe cimentos técnicos no campo da administração em ge ral, da engenharia, da medicina, da organização de empresas e em outros setores. Os professores univer sitários dedicados ao estudo dos problemas enquadra dos, ou suscetíveis de conceituação, em preceitos constitucionais dessa índole prestarão relevante au xílio ao legislador com suas sugestões de técnicos. Assim, a propósito de regras de preservação do meio ambiente, se o jurista é sempre o competente para lhes dar forma apropriada, o exato conteúdo delas dependerá da contribuição de urbanistas e sociólo gos, de paisagistas e engenheiros florestais, que a ajudarão a imprimir ao texto o colorido adequado a convertê-lo em normas legais eficazes. Não sendo formado ordinariamente de individualidades especfa lizadas em tantas dimensões do saber, o corpo legife

rante requer o subsídio da competência idônea, com que corrige equívocos ou evita o princípio em que se disfarça um interesse condenável. As organizações de professores e alunos, igualmente, emprestam ajuda preciosa com as idéias de natureza coletiva, indicativas das inclinações de grupos instituídos, e que servirão de termo de comparação com as provindas de outras fontes.

Em suma, por essas e outras formas de manifestação, deve a Universidade estar presente ao grande debate nacional de reformulação das instituições. Não há que aguardar pedido de sugestões, pois o exercício espontâneo de um direito não afronta o órgão ou pessoa a quem a pretensão é dirigida. A colaboração da inteligência organizada e culta, assegurada como ato voluntário, tem ainda a virtude de indicar espírito de vigilância. Este espírito atento reflete-se no ânimo dos órgãos de decisão na medida em que se expande, criando a comunicação entre a "concepção singular" e a "imagem coletiva", da linguagem de Jean-Marie Cotêret, em estudo sobre "governantes e governados". É mais expressiva se revela a contribuição da Universidade, particularmente na elaboração constitucional, porque sua posição de autonomia cultural confere às propostas que fizer a altitude do pensamento livre e desvinculado de interesses circunstanciais.

O Magnífico Reitor, Professor Germano Tabacof, a quem agradeço o convite para a honrosa tarefa deste instante, há de empenhar o prestígio de sua visão no sentido de que a Universidade da Bahia não falte a seu dever com a renovação institucional do País. A Bahia, nem sempre atendida nos seus in

teresses e reivindicações, não sabe recusar ao Brasil o concurso de sua inteligência, em circunstâncias apropriadas.

... e ...
... o ...
... em ...



Impresso na
Gráfica Universitária
Salvador - Bahia

1985 ANO
NACIONAL
DA CULTURA/